

Índice Geral

<i>Prefácio</i>	VII
<i>Nota do Autor</i>	IX
<i>Nota à 25ª Edição</i>	XI

PARTE TEÓRICA

LIVRO I DA FALÊNCIA

CAPÍTULO I ESBOÇO HISTÓRICO

1. Direito romano	5
2. Idade Média	6
3. Código Napoleônico	6
4. Brasil Colônia, Império e República	7
Resumo. Recapitulação	12

CAPÍTULO II NOÇÕES GERAIS SOBRE O INSTITUTO DA FALÊNCIA

1. Origem da palavra <i>falência</i>	16
2. Conceito de falência	17
3. Natureza jurídica da falência	18
Resumo. Recapitulação	19

CAPÍTULO III ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A EXISTÊNCIA DO ESTADO DE FALÊNCIA

1. Causas determinantes da falência	22
---	----

2. Insolvência	23
3. Impontualidade	24
4. Protesto	25
5. Protesto facultativo	27
6. Protesto obrigatório	28
7. Protesto de títulos de credores distintos	30
8. Não-pagamento de obrigação líquida	31
9. Duplicata sem aceite acompanhada da nota de entrega da mercadoria	33
10. Outros indícios de insolvabilidade que ensejam a falência: a) liquidação ruínosa; b) negócio simulado; c) transferência de estabelecimento sem reserva de bens suficientes para solver seu passivo; d) transferência simulada do estabelecimento principal; e) garantia a credor por dívida anterior sem reserva de bens; f) abandono do estabelecimento; g) descumprimento de obrigações assumidas no plano de recuperação judicial	36
Recapitulação	43

CAPÍTULO IV

DA LEGITIMIDADE PASSIVA NA AÇÃO FALIMENTAR

1. Devedor empresário e sociedade empresária	45
2. Falência dos sócios solidários	49
3. Falência do sócio retirante	50
4. A falência e o sócio de responsabilidade limitada	50
5. Falência do espólio	52
6. Falência do menor empresário	52
7. Falência da sociedade irregular ou de fato (sociedade em comum) ..	53
Resumo. Recapitulação	55

CAPÍTULO V

DA LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO FALIMENTAR

1. Inexistência de falência <i>ex officio</i>	58
2. Falência requerida pelo credor	58
3. Falência requerida pelo próprio devedor (autofalência)	59

4. Falência requerida pelo cônjuge sobrevivente, herdeiros e inventariante (falência do espólio)	60
5. Falência requerida pelo sócio ou acionista	61
Resumo. Recapitulação	62

CAPÍTULO VI
JUÍZO COMPETENTE PARA DECLARAR A FALÊNCIA

1. O Poder Judiciário e seus diversos órgãos	65
2. Competência em razão da matéria	66
3. Competência em razão do lugar	67
4. Empresário sediado no estrangeiro	68
Resumo. Recapitulação	69

CAPÍTULO VII
DO REQUERIMENTO DA FALÊNCIA

1. Da petição inicial	72
2. Do patrocínio profissional de advogado	73
3. Do pedido de falência com base na impontualidade	74
4. Do pedido de falência com base nos motivos discriminados no art. 94, II e III, da Lei Falimentar	75
Resumo. Recapitulação	78

CAPÍTULO VIII
RESPOSTA DO DEVEDOR (ALEGAÇÕES DA DEFESA)

1. Prazo para o devedor manifestar-se	82
2. Depósito elisivo: depósito sem contestação; depósito com contestação; contestação sem depósito: efeitos	82
3. Defesa de natureza processual	84
4. Matéria relevante	86
Resumo. Recapitulação	91

CAPÍTULO IX
DO PROCEDIMENTO PRELIMINAR DA FALÊNCIA
(DA DEFESA À SENTENÇA)

1. Da falência com base na impontualidade: defesa com depósito elisivo; defesa sem depósito elisivo; da alegação de matéria relevante; provas	94
---	----

Resumo. Recapitulação	96
-----------------------------	----

CAPÍTULO X
SENTENÇA DENEGATÓRIA DA FALÊNCIA

1. Sentença denegatória	99
2. Indenização por perdas e danos	99
3. Custas processuais e honorários advocatícios	101
4. Recurso	102
Resumo. Recapitulação	102

CAPÍTULO XI
SENTENÇA DECLARATÓRIA DA FALÊNCIA

1. Característica	105
2. Natureza jurídica	106
3. Elementos básicos	108
4. Termo legal	110
Resumo. Recapitulação	111

CAPÍTULO XII
DOS RECURSOS NO PROCESSO FALIMENTAR

1. Conceito	115
2. Pressupostos do recurso	115
3. Espécies de recursos	116
4. Dos recursos no processo falimentar: a apelação; o agravo	120
5. Prazos dos recursos falimentares	122
Resumo. Recapitulação	122

CAPÍTULO XIII
JUÍZO UNIVERSAL

1. Indivisibilidade e universalidade do juízo falimentar	126
2. Exceções à <i>vis attractiva</i> do juízo falimentar	127
Resumo. Recapitulação. Testes de aproveitamento da matéria examinada	130

CAPÍTULO XIV
DOS EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO AOS
DIREITOS DOS CREDORES

1. Vencimento por antecipação de todas as dívidas do falido	138
2. Suspensão da fluência de juros	140
3. Multa fiscal	141
4. Suspensão das ações ou execuções movidas contra o falido	141
5. Suspensão da prescrição	142
Resumo. Recapitulação	143

CAPÍTULO XV
DOS EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO
À PESSOA DO FALIDO

1. Restrições à capacidade processual do falido e à sua liberdade de locomoção	146
2. Obrigações que lhe são impostas	147
3. Proibição para o exercício da atividade empresarial	147
4. Continuação do negócio	148
5. Sujeição à prisão	148
Resumo. Recapitulação	149

CAPÍTULO XVI
DOS EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO AOS
BENS DO FALIDO

1. Perda da administração e disposição dos seus bens	152
2. Bens que não se compreendem na falência	153
3. A meação da mulher casada e a falência do empresário individual ..	155
4. Nulidade dos atos praticados pelo falido quanto aos bens	156
Resumo. Recapitulação	156

CAPÍTULO XVII
DOS EFEITOS DA FALÊNCIA QUANTO AOS
CONTRATOS DO FALIDO

1. Conceito de contrato	159
2. Contratos unilaterais e bilaterais	159
3. Efeitos da falência sobre os contratos unilaterais	160

4. Efeitos da falência sobre os contratos bilaterais	161
5. Regras especiais para determinados contratos	162
6. Alienação fiduciária	171
7. Contrato de trabalho	172
8. Compensação das dívidas do falido	174
Resumo. Recapitulação	183

CAPÍTULO XVIII

DA REVOGAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO DEVEDOR ANTES DA FALÊNCIA — AÇÃO REVOCATÓRIA

1. Atos praticados dentro do termo legal: pagamento de dívidas não vencidas ou por meios não previstos no contrato; constituição de direito real de garantia	188
2. Atos praticados nos dois anos anteriores à falência: atos a título gratuito; renúncia à herança ou legado	190
3. Outros atos revogáveis: inscrição intempestiva de direitos reais (registros e averbações tardias); venda ou transferência de estabelecimento (sem reserva de bens suficientes para solver o passivo)	190
4. Da ação revocatória: por ineficácia e por fraude	192
Resumo. Recapitulação	196

CAPÍTULO XIX

ÓRGÃOS DA FALÊNCIA

1. O juiz	199
2. O administrador judicial	200
3. Deveres e atribuições	202
4. Avisos do administrador	205
5. Arrecadação dos bens	206
6. Apuração do montante do débito do falido	208
7. Responsabilidades do administrador	209
8. Comitê de credores: composição e atribuições	210
9. Assembléia geral dos credores: atribuições; convocação; composição	212
10. O Ministério Público	214
Resumo. Recapitulação	217

CAPÍTULO XX
DA ADMINISTRAÇÃO, DA ARRECADAÇÃO E GUARDA
DOS BENS, LIVROS E DOCUMENTOS DO FALIDO

1. Da administração dos bens do falido	220
2. Da arrecadação e guarda dos bens, livros e documentos do falido	220
3. Arrecadação dos bens particulares dos sócios de responsabilidade ilimitada; de administradores de sociedade limitada e diretores de sociedade anônima	221
4. Do lacre das portas do estabelecimento do falido	223
5. Inventário dos bens arrecadados	223
6. Venda antecipada de bens deterioráveis	224
Resumo. Recapitulação	224

CAPÍTULO XXI
DO PEDIDO DE RESTITUIÇÃO E DOS
EMBARGOS DE TERCEIRO

1. A arrecadação e os bens de terceiro	227
2. Pressupostos do pedido de restituição	228
3. Dinheiro em depósito com o falido	229
4. Coisas vendidas a crédito	230
5. Coisa alienada fiduciariamente	231
6. Contrato de câmbio	232
7. O processo de restituição: efeitos, juízo competente, legitimidade ativa e passiva, procedimento, sentença, recurso	233
8. Embargos de terceiro: conceito, legitimidade ativa e passiva, juízo competente, rito processual, recurso	234
Resumo. Recapitulação. Testes de aproveitamento da matéria examinada	235

CAPÍTULO XXII
DA HABILITAÇÃO DOS CRÉDITOS

1. O concurso de credores	240
2. Habilitação dos créditos segundo a sua natureza	240
3. Apresentação dos créditos	241
4. Credores retardatários	244
Resumo. Recapitulação	244

CAPÍTULO XXIII
DOS CRÉDITOS NÃO SUJEITOS À HABILITAÇÃO

1. Dos créditos tributários	247
2. Das contribuições previdenciárias	248
3. O concurso de preferência: os créditos fiscais dos Estados-Membros e dos Municípios	248
Resumo. Recapitulação	249

CAPÍTULO XXIV
DA CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS

1. Direito dos credores	251
2. A classificação dos créditos na Lei de Falências	251
3. Credores da falência e credores da massa (extraconcursais). As restituições e o adiantamento em dinheiro em decorrência do contrato de câmbio	252
4. Créditos trabalhistas e créditos decorrentes de acidentes de trabalho	253
5. Créditos com garantia real	255
6. Créditos tributários	256
7. Créditos com privilégio especial	258
8. Créditos com privilégio geral	261
9. Créditos quirografários	262
10. Multas contratuais, tributárias e penas pecuniárias penais ou administrativas	263
11. Créditos subordinados	263
12. Quadro geral dos credores	263
Resumo. Recapitulação	265

CAPÍTULO XXV
DA LIQUIDAÇÃO — ALIENAÇÃO DOS BENS DO
FALIDO — REALIZAÇÃO DO ATIVO

1. Liquidação: considerações gerais	269
2. Formas usuais de liquidação: a) Leilão. b) Propostas fechadas. c) Pregão	270
3. Alienação dos bens: a) Alienação da empresa. b) Venda do(s) estabelecimento(s) em bloco ou por unidades produtivas. c) Alienação em bloco dos bens que integram o estabelecimento ou dos bens individualmente considerados. d) Constituição de sociedade pelos credores ou pelos empregados do falido	272

Resumo. Recapitulação	274
-----------------------------	-----

CAPÍTULO XXVI
DO PAGAMENTO AOS CREDITORES

1. Créditos extraconcursais	278
2. Créditos trabalhistas até o limite de cinco salários mínimos por trabalhador	279
3. Créditos reservados	279
Resumo. Recapitulação	280

CAPÍTULO XXVII
ENCERRAMENTO DO PROCESSO DA FALÊNCIA

1. Prestação de contas do administrador judicial — Relatório final: valor do ativo e do passivo	284
2. Destituição do administrador pela falta de apresentação do relatório — Responsabilidade	285
3. Encerramento da falência por sentença	285
Resumo. Recapitulação	285

CAPÍTULO XXVIII
EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES

1. Requerimento pelo falido	288
2. Pressupostos — Prescrição: decurso de cinco anos ou dez anos (na ocorrência de crime falimentar); pagamento de todos os credores; de mais de 50% dos créditos quirografários	288
3. Procedimento	290
4. Sentença declarando extintas as obrigações; sua natureza jurídica e seus efeitos	291
Resumo. Recapitulação. Testes de aproveitamento da matéria examinada	292

LIVRO II
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA

CAPÍTULO XXIX
RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESA

1. Da falência como delito à concordata	299
---	-----

2. A concordata no direito brasileiro	301
3. A recuperação judicial	303
4. Conceito de recuperação judicial	304
5. Natureza jurídica	304
6. Legitimidade ativa	305
7. Empresas impedidas de impetrar recuperação judicial e extra-judicial. A exceção das companhias aéreas	308
8. Pressupostos	309
9. Meios de recuperação judicial	310
10. Efeitos da recuperação judicial	320
11. A sucessão trabalhista e tributária na recuperação judicial	324
12. Do pedido	327
13. Do procedimento na recuperação judicial	339
14. Do encerramento da recuperação judicial	343
15. Recuperação judicial das microempresas e empresas de pequeno porte	345
16. Convolação da recuperação judicial em falência	346
Resumo. Recapitulação	347

LIVRO III RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE EMPRESA

CAPÍTULO XXX RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DE EMPRESA

1. A recuperação extrajudicial: requisitos	357
2. Créditos que envolve	358
3. A homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial e sua importância	359
4. Procedimento	360
5. Efeitos da homologação judicial	361
Resumo. Recapitulação. Testes de aproveitamento da matéria examinada	362

LIVRO IV DISPOSIÇÕES PENAIS (CRIMES FALIMENTARES)

CAPÍTULO XXXI DISPOSIÇÕES PENAIS (DOS CRIMES FALIMENTARES)

1. Considerações gerais	369
-------------------------------	-----

2. Conceito	369
3. A falência, a recuperação judicial e a recuperação extrajudicial como condição de punibilidade	370
4. As sanções penais: reclusão; detenção; penas alternativas	371
5. Interdição para o exercício da atividade empresarial	373
6. Da prescrição	373
7. Da reabilitação do falido	373
8. Do procedimento penal	374
Resumo. Recapitulação	374

PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO XXXII MODELOS DE PETIÇÕES

1. Procuração para o foro em geral	381
2. Petição inicial com base na impuntualidade	382
3. Petição de falência com base nos atos e fatos enumerados no art. 94, II, da Lei Falimentar	387
4. Medida cautelar: seqüestro dos bens, dos livros e documentos do falido	388
5. Resposta do devedor: argüição de relevante razão de direito	390
6. Auto de arrecadação, inventário e guarda dos bens do falido	392
7. Avisos do administrador judicial	393
8. Pedido de restituição	393
9. Embargos de terceiro	394
10. Ação revocatória	395
11. Habilitação de crédito: por cambial; por hipoteca; de em- pregado, por créditos trabalhistas	397
12. Impugnação de crédito	400
13. Prestação de contas do administrador judicial	401
14. Pedido de extinção das obrigações: por pagamento; por ocorrên- cia de prescrição	402
15. Pedido de reabilitação do falido	404
16. Petição inicial de recuperação judicial	405
17. Pedido de homologação de recuperação extrajudicial	408

18. Recurso contra sentença declaratória de falência	409
--	-----

CAPÍTULO XXXIII
SÚMULAS DE DIREITO FALIMENTAR

1. Supremo Tribunal Federal	413
2. Superior Tribunal de Justiça	414
<i>Bibliografia</i>	415